

RECURSO ESPECIAL Nº 1.824.680 - SP (2019/0194213-2)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
RECORRENTE : UNIÃO
RECORRIDO : WAGNER ALEXANDRE ALBUQUERQUE PESSOA
ADVOGADOS : ROSANA ELIZETE DA SILVA RODRIGUEZ BLANCO -
SP127695
RICHARD ERICKSON DA SILVA - SP329280

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto pela União, com amparo na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo TRF da 3ª Região assim ementado (e-STJ, fl. 498):

AGRAVO INTERNO. MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL EGRESSO DE OUTRO ENTE FEDERATIVO. LEI 12618/12. DIREITO DE OPÇÃO. RECURSO IMPROVIDO.

1. Depreende-se do artigo 40, § 16, da CF, e artigo 1º, § 1º, da Lei n. 12.618/12, que o regime de previdência complementar é obrigatório para os servidores que ingressarem no serviço público a partir da vigência da Lei n. 12.618/12, facultando aos servidores que ingressaram em período anterior a opção pela adesão ao novo regime previdenciário, salientando-se que a Constituição Federal e a lei em comento, ao utilizar a expressão "serviço público", não fez distinção entre serviço público federal, estadual ou municipal, civil ou militar.
2. Neste diapasão, para fins de enquadramento do regime previdenciário na forma da Lei n. 12.618/12, deve ser considerada a data de ingresso no serviço público, independentemente do ente federativo, desde que não tenha havido a quebra de continuidade.
3. No caso concreto, tendo em vista que a parte impetrante ingressou no serviço público militar em 02/08/1999 e, posteriormente, no serviço público federal, em 27/05/2013, sem quebra de continuidade, não se submete ao regime previdenciário complementar instituído pela Lei n. 12.618/12, devendo ser restabelecido o regime previdenciário anterior.
4. Agravo interno a que se nega provimento.

Nas razões do especial, a recorrente alega existência de violação do art. 1º da Lei n. 12.618/2012.

Afirma que há distinção dos regimes jurídicos aplicáveis ao servidor civil (arts. 39 e 40 da CF) e ao militar (art. 142 da CF).

O fato de o militar ter regras próprias, faz com que não haja submissão às exigências do art. 40 da CF.

Aduz que as regras de transferência para a inatividade dos militares, permanecem inalteradas no texto constitucional.

Parecer do Ministério Público Federal pelo não conhecimento do recurso

Superior Tribunal de Justiça

especial (e-STJ, fls. 590-592).

É o relatório.

O recurso não merece conhecimento.

Verifico que a insurgente, na verdade, pretende discutir a definição e diferenciação entre as categorias de servidor público civil e militar, com base em fundamento constitucional, para determinar o regime previdenciário.

Da leitura das razões do especial, percebe-se que a pretensão se funda no exame dos arts. 39, 40 e 142 da Constituição Federal.

Desse modo, em recurso especial não se analisa suposta afronta a dispositivo constitucional, sob pena de usurpação da competência atribuída ao Supremo Tribunal Federal.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ALEGAÇÃO DE QUESTÕES CONSTITUCIONAIS. TEMA NÃO SUSCITADO EM CONTRARRAZÕES. INOVAÇÃO RECURSAL INDEVIDA. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. A análise de suposta ofensa a dispositivos constitucionais compete exclusivamente ao Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 102, III, da Constituição da República, sendo defeso o seu exame, no âmbito do recurso especial, ainda que para fins de prequestionamento, conforme pacífica jurisprudência do STJ.

2. A título argumentativo, deve-se ressaltar ainda que a atual jurisprudência do Supremo Tribunal Federal vem ratificando a exigência do registro sindical para legitimar a propositura do mandado de segurança coletivo. Precedentes.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1.389.028/PI, de minha relatoria, SEGUNDA TURMA, DJe 21/8/2019)

PROCESSUAL CIVIL. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. FISCALIZAÇÃO E APLICAÇÃO DE MULTAS DE TRÂNSITO. DELEGAÇÃO DE PARCELA DO PODER DE POLÍCIA. VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. COMPETÊNCIA DO STF. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE OFENSA A ARTIGO DE LEI FEDERAL. SÚMULA 284/STF.

1. Na hipótese dos autos, a apreciação dos argumentos de violação direta a dispositivos da Constituição e a princípios tipicamente constitucionais, mormente do art. 173, § 1º, II, da CF, é competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal, conforme abstrai-se dos arts.

102 e 105 da CF. Assim, não cabe ao STJ, em Recurso Especial, examiná-los.

2. Outrossim, a parte não indicou o dispositivo de lei federal que entende como tendo sido violado, o que atrai, por analogia, o óbice da Súmula 284/STF, segundo a qual "é inadmissível o Recurso Extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

3. Recurso Especial não conhecido.

Superior Tribunal de Justiça

(REsp 1.799.973/SP, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 2/8/2019)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator

